

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR
Curitiba/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração, Presidente e Vice-Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Mediced PR
CNPJ/MF nº 02.924.977/0001-20

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		40.420	40.058	CIRCULANTE		15.154	15.762
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	118	141	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	11.163	11.594
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 04)	29.291	29.572	Depósitos à Vista		9.152	9.058
Centralização Financeira - Cooperativas		29.291	29.572	Depósitos a Prazo		2.011	2.536
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	7.943	7.077	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		96	33
Operações de Crédito		8.343	7.353	Recursos em Trânsito de Terceiros		96	33
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(400)	(276)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 12)	-	408
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06 e 07)	3.068	2.945	Empréstimos País - Outras Instituições		-	408
Rendas a Receber		63	64	OUTRAS OBRIGAÇÕES		3.895	3.727
Diversos		3.037	2.913	Cobrança e Arrecadação de Tributos		5	8
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(32)	(32)	Sociais e Estatutárias		657	548
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	-	323	Fiscais e Previdenciárias		63	68
Outros Valores e Bens		-	318	Diversas	(NOTA 13)	3.170	3.103
Despesas Antecipadas		-	5	NÃO CIRCULANTE		25.090	24.190
NÃO CIRCULANTE		8.232	7.146	NÃO CIRCULANTE		25.090	24.190
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		8.232	7.146	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		25.090	24.190
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 04)	309	-	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	25.090	24.190
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		309	-	Depósitos Interfinanceiros		793	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	5.846	5.935	Depósitos a Prazo		24.297	24.190
Operações de Crédito		6.274	6.231	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.408	7.252
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(428)	(296)	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 15)	4.379	3.860
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06 e 07)	-	1	De Domiciliados no País		4.398	3.878
Diversos		-	1	(Capital a Realizar)		(19)	(18)
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	1.214	809	RESERVAS DE SOBRAS		3.603	3.095
Outros Investimentos		1.214	809	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		426	297
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	625	128	TOTAL DO ATIVO		48.652	47.204
Outras Imobilizações de Uso		1.105	601	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		48.652	47.204
(Depreciação acumulada)		(480)	(473)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	238	273				
Outros Ativos Intangíveis		654	623				
(Amortização acumulada)		(416)	(350)				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Mediced PR
CNPJ/MF nº 02.924.977/0001-20

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.356	-	2.356	4.609	-	4.609	3.712	-	3.712
Operações de Crédito	2.354	-	2.354	4.607	-	4.607	3.712	-	3.712
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2	-	2	2	-	2	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(858)	(3)	(861)	(1.814)	(7)	(1.821)	(1.619)	(7)	(1.626)
Operações de Captação no Mercado	(676)	(3)	(679)	(1.410)	(7)	(1.417)	(1.410)	(7)	(1.417)
Operações de Empréstimos e Repasses	-	-	-	(6)	-	(6)	(25)	-	(25)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(182)	-	(182)	(398)	-	(398)	(184)	-	(184)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.498	(3)	1.495	2.795	(7)	2.788	2.093	(7)	2.086
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(860)	194	(664)	(1.591)	312	(1.279)	(1.203)	351	(852)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	72	508	582	139	1.023	1.162	100	984	1.084
Rendas de Tarifas Bancárias	183	-	183	359	-	359	310	-	310
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(1.001)	(144)	(1.145)	(1.848)	(339)	(2.187)	(1.701)	(271)	(1.972)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(664)	(111)	(775)	(1.309)	(233)	(1.542)	(1.240)	(237)	(1.477)
Dispêndios e Despesas Tributárias	-	(49)	(49)	-	(76)	(76)	1	(52)	(51)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	953	46	999	1.900	55	1.955	2.019	27	2.046
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(403)	(56)	(459)	(832)	(118)	(950)	(692)	(100)	(792)
RESULTADO OPERACIONAL	638	191	831	1.204	305	1.509	890	344	1.234
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	14	18	32	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	638	191	831	1.218	323	1.541	890	344	1.234
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	29	29	-	(23)	(23)	-	(40)	(40)
Provisão para Imposto de Renda	-	17	17	-	(14)	(14)	-	(18)	(18)
Provisão para Contribuição Social	-	12	12	-	(9)	(9)	-	(22)	(22)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(235)	-	(235)	(423)	-	(423)	(380)	-	(380)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	403	220	623	795	300	1.095	510	304	814
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	300	(300)	-	304	(304)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	403	220	623	1.095	-	1.095	814	-	814
DESTINAÇÕES	-	-	-	(669)	-	(669)	(517)	-	(517)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(243)	-	(243)	(219)	-	(219)
Fates - Estatutário	-	-	-	(42)	-	(42)	(30)	-	(30)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(384)	-	(384)	(268)	-	(268)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	426	-	426	297	-	297

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região
Metropolitana - Sicredi Mediced PR
CNPJ/MF nº 02.924.977/0001-20

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	3.152	2.617	452	6.221
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	208	-	(208)	-
Destinações para reservas	-	210	(210)	-
Outras destinações	-	-	(34)	(34)
Capital de associados				
Aumento de capital	365	-	-	365
Baixas de capital	(83)	-	-	(83)
Resultado do período	-	-	814	814
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(30)	(30)
Reserva Legal - Estatutária	-	268	(268)	-
Juros sobre o Capital Próprio	218	-	(219)	(1)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	3.860	3.095	297	7.252
Mutações do Período	708	478	(155)	1.031
Saldos no início do período em 01/01/2019	3.860	3.095	297	7.252
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	124	-	(124)	-
Destinações para reservas	-	124	(124)	-
Outras destinações	-	-	(49)	(49)
Capital de associados				
Aumento de capital	389	-	-	389
Baixas de capital	(234)	-	-	(234)
Resultado do período	-	-	1.095	1.095
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(42)	(42)
Reserva Legal - Estatutária	-	384	(384)	-
Juros sobre o Capital Próprio	240	-	(243)	(3)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	4.379	3.603	426	8.408
Mutações do Período	519	508	129	1.156
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	4.044	3.219	472	7.735
Capital de associados				
Aumento de capital	198	-	-	198
Baixas de capital	(103)	-	-	(103)
Resultado do período	-	-	623	623
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(42)	(42)
Reserva Legal - Estatutária	-	384	(384)	-
Juros sobre o Capital Próprio	240	-	(243)	(3)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	4.379	3.603	426	8.408
Mutações do Período	335	384	(46)	673

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Mediced PR
CNPJ/MF nº 02.924.977/0001-20

	01/01/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	725	1.426	974
Resultado do semestre/exercício	623	1.095	814
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	102	331	160
Provisão para operações de crédito	70	257	85
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(8)	(1)	13
Depreciação do imobilizado de uso	39	65	39
Amortização do intangível	34	65	60
Baixas do ativo permanente	-	2	-
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	11	(17)	(8)
Destinações ao FATES	(42)	(43)	(30)
Dividendos SicrediPar	(2)	3	1
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	215	(833)	(1.044)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(310)	(309)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	127	-	154
(Aumento) Redução em operações de crédito	277	(1.032)	(5.490)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.687)	-	(1.459)
(Aumento) em outros créditos	(208)	(124)	(734)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	21	323	(7)
Aumento em depósitos	1.584	469	5.507
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	54	63	(19)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	(408)	74
Absorção de dispêndios pelo FATES	(60)	(72)	(77)
Aumento em outras obrigações	417	257	1.007
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	940	593	(70)
Aquisição de Investimentos	(405)	(405)	(78)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(80)	(564)	(65)
Aplicações no Intangível	(11)	(31)	(100)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(496)	(1.000)	(243)
Integralização de capital	198	389	365
Baixa de capital	(103)	(234)	(83)
Juros ao capital próprio	(3)	(3)	(1)
Distribuição de Sobras	-	(49)	(34)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	92	103	247
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	536	(304)	(66)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	28.872	29.713	29.779
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	29.409	29.409	29.713

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 27/07/1998 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pelos responsáveis em 18 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	118	141
Caixa	118	141
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	29.291	29.572
Total	29.409	29.713

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	309	-
DI entre Banco e Cooperativas	309	-
Total não circulante	309	-

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	7.690	5.692	13.382	12.185
Financiamentos	653	582	1.235	1.399
Carteira total	8.343	6.274	14.617	13.584

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	2.199	-	2.199	2.089
Total	2.199	-	2.199	2.089

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	4.865	5.151	24	26
Nível B	1,00	5.530	5.991	55	60
Nível C	3,00	3.752	3.436	113	102
Nível D	10,00	1.460	461	147	46
Nível E	30,00	850	205	255	62
Nível F	50,00	48	139	24	70
Nível G	70,00	229	172	160	120
Nível H	100,00	82	118	82	118
Total		16.816	15.673	860	604

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				2018	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	59	4.340	4.708	5.211	14.318	13.652
Comércio	-	56	78	171	305	144
Outros Serviços	1	408	892	892	2.193	1.877
Total	60	4.804	5.678	6.274	16.816	15.673

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	2.642	15,71	2.232	14,24
50 devedores seguintes	5.565	33,09	5.665	36,14
100 devedores seguintes	4.977	29,60	4.490	28,65
Demais	3.632	21,60	3.286	20,97
Total	16.816	100	15.673	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	604	506
Constituição de provisão	398	184
Movimentação de baixados para prejuízo	(142)	(86)
Saldo final	860	604

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 72 (2018 - R\$ 122), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 1.748 (2018 - R\$ 711).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	3	11
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	38	22
Devedores por depósitos em garantia	629	666
Impostos e contribuições a compensar	26	35
Títulos e créditos a receber (ii)	2.199	2.088
Devedores por convênios	-	1
Operações com cartões	115	45
Pendências a regularizar	-	23
Outros	27	22
Total Circulante	3.037	2.913
Títulos e créditos a receber (ii)	-	1
Total não circulante	-	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	-	318
Imóveis	-	316
Máquinas e equipamentos	-	2
Despesas antecipadas	-	5
Total Circulante	-	323

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	959	554
Sicredi Participações S.A.	254	254
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	1.214	809

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	82.110 ON	82.110 ON	1	1	959.131	554.342
Percentual de participação	0,02%	0,03%	0,62%	0,62%	0,30%	0,24%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	254	254	1	1	959	554

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	1.105	(480)	625	128
Imobilizações em curso	-	52	-	52	7
Instalações	10%	381	(120)	261	-
Móveis e equipamentos de uso	10%	348	(135)	213	43
Sistema de comunicação	10%	57	(27)	30	23
Sistema de processamento de dados	20%	247	(180)	67	52
Sistema de segurança	10%	20	(18)	2	3
Intangível (i)		654	(416)	238	273
Investimentos Confederação		654	(416)	238	273
Total		1.759	(896)	863	401

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	9.152	-	-	9.152
Depósitos Interfinanceiros	-	-	793	793
Depósitos a prazo	822	1.189	24.297	26.308
Total	9.974	1.189	25.090	36.253

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	-	408
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	408
Total circulante	-	408

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	206	218
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 14)	695	711
Pendências a regularizar	2	4
Operações com cartões	2.200	2.074
Demais fornecedores	29	60
Credores diversos	38	36
Total circulante	3.170	3.103

NOTA 14 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	73	1	(39)	35
Cível	52	2	-	54
Tributária	587	19	-	606
Total	712	22	(39)	695

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	35	73
Cível	Provável	54	52
Tributária	Provável	606	587
Total		695	712

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 13 (2018 - R\$ 13), respectivamente.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	4.379	3.860
Total de associados	1.659	1.534

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 519 (2018 – R\$ 708), sendo R\$ 364 (2018 – R\$ 426) via integralização de resultados e R\$ 389 (2018 – R\$ 365), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 234 (2018 – R\$ 83).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,13% em Conta Capital, no montante de R\$ 243, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	1.118	854
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(335)	(273)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	1
Provisão resgate de milhas cartão	5	(7)
Brindes e Doações	(1)	-
Provisão PPR e Outras Gratificações	(6)	6
Receita com atos cooperativos	239	162
Juros sobre capital próprio	73	70
Lucros e dividendos	1	1
Subtotal	312	233
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(23)	(40)

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	309	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	29.291	29.572
Outros Créditos - Rendas a receber	46	47
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	54	42
Investimentos (Nota 09)	1.214	809
Intangível (Nota 10)	238	273
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	793	-
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	408
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	2.193	2.003
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2	-
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	179	157
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	1.638	1.774
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	18	-
Operações de Empréstimos e Repasses	6	25
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	168	138
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	628	539

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (Presidente, Vice-Presidente e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	52	0,57%	59
Depósitos a prazo	11	0,04%	85
Operações de crédito	299	2,05%	195

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	834	690

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	25	16
Despesa de aluguéis	175	179
Despesa de comunicação	110	128
Despesa de manutenção e conservação	83	86
Despesa de material	31	23
Despesa processamento dados	38	33
Despesa de promoções e relações públicas	184	155
Despesa de propaganda e publicidade	3	3
Despesa de seguro	63	62
Despesa de serviços do sistema financeiro	89	114
Despesa de serviços de terceiros	49	16
Despesa de serviços de vigilância e segurança	120	152
Despesa de serviços de técnicos especializados	145	125
Despesa de serviços de transportes	53	49
Despesa de viagem	16	21
Despesa de depreciação e amortização	65	39
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	65	60
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	72	98
Outras despesas administrativas	156	118
Total	1.542	1.477

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	54	35
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	1.612	1.744
Reversão de provisões operacionais	169	111
Outras rendas operacionais	120	156
Total	1.955	2.046

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	14	13
Contribuições Cooperativistas	19	16
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	59	44
Contribuição Confederação Sicredi	379	338
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	208	185
Encargos da administração financeira	9	12
Repasse administradora de Cartões	17	17
Outras despesas de Cartões	77	76
Outras provisões operacionais	74	66
Outras despesas operacionais	94	25
Total	950	792

NOTA 21 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite ao risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 22 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	8.170	6.980
Nível I (NI)	8.170	6.980
Capital principal - CP	8.170	6.980
Capital social	4.379	3.860
Reservas de capital	3.603	3.095
Lucros acumulados	426	297
Ajustes Prudenciais	(238)	(273)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	28.155	27.685
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	71	110
Margem de Capital (i)	5.143	3.963
Índice de Basileia (PR / RWA)	29,02%	25,21%
Situação de Imobilização (Imob)	626	129
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,66%	1,85%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rodrigo Furtado Andrade
Presidente
CPF: 713.833.529-68

Roberto Bastos da Serra Freire
Vice-Presidente
CPF: 533.398.867-68

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Curitiba / PR, 21 de fevereiro de 2020

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Douglas Flavio Porsani
Conselheiro

Julio Cesar Sabbag
Conselheiro

Aldemar Ferreira Maciel Pereira
Conselheiro